

**A PRESENÇA DA FÁBRICA
NO “GRANDE EMPÓRIO DO NORTE”:
SURTO INDUSTRIAL EM DIAMANTINA
ENTRE 1870 E 1930**

*Marcos Lobato Martins**

Um dos temas clássicos da historiografia é o estudo das transformações econômicas experimentadas pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX, que resultaram no avanço das relações capitalistas no País e na sua industrialização ao longo do século XX. Os processos acumulativos associados à economia cafeeira, a substituição do trabalho escravo pelo livre, a formação da burguesia industrial e do operariado, o papel do Estado no fomento do sistema fabril, *etc.* são assuntos que vêm ocupando a atenção dos pesquisadores.

Neste artigo, são apresentadas as linhas gerais da formação e da evolução da economia no Alto Jequitinhonha entre o século XVIII e o início do XX. A ênfase recai sobre a análise do processo de reacomodação da economia regional entre 1870 e 1930, numa abordagem que procura compreender as características do surto industrial em Diamantina no período. Em seguida, são discutidos os limites estruturais que provocaram o processo de desindustrialização da cidade a partir dos anos 30.

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO ANTIGO TIJUCO**

Freqüentemente citado na historiografia como exemplo máximo do regime opressivo que a Coroa portuguesa fez baixar sobre as áreas mineradoras, o Distrito Diamantino foi o centro de gravidade do norte mineiro até as primeiras décadas do século XX.

Logo na primeira década do século XVIII, foram descobertos na Bacia do Jequitinhonha, Região Nordeste de Minas Gerais, diamantes em grande quantidade. Segundo a tradição oral diamantinense, estas pedras pre-

* FAFIDIA/UEMG.

ciosas eram utilizadas pela população para marcar pontos nos jogos de cartas, pois ela não conhecia o valor que as pedras possuíam. Conta-se que o governador D. Lourenço de Almeida aproveitou-se da ignorância dos mineradores para acumular grande tesouro em diamantes, mas a notícia da importância do achado logo se alastrou pela Colônia e alcançou a Metrópole.

Em 1730, a Coroa promulgou o primeiro regimento para os diamantes, que declarava estas gemas como propriedade real. Permitiu-se a qualquer pessoa a pesquisa de diamantes, estabelecendo-se o regime de capitação: sobre cada escravo empregado neste trabalho, pagava-se um imposto de cinco mil réis. Além disso, a exportação de diamantes para a Europa somente poderia ser feita em navios portugueses, e cada pedra pagaria frete correspondente a 1% de seu valor. Logo em seguida, a capitação foi elevada até quarenta mil réis.

Como o diamante possui elevada sensibilidade do preço à relação oferta-procura, já em 1734 o preço das pedras havia diminuído em três quartos nas praças européias, forçando a Coroa a tomar medidas que limitassem a extração e o contrabando de diamantes. Entre 1734 e 1739, o Governo português suspendeu a exploração das lavras diamantíferas.

Somente em 1739 foi retomada a mineração de diamantes no Alto Jequitinhonha, sob o regime de contratos. Os contratadores arrematavam o direito de minerar diamantes e mesmo o direito de cobrar certos impostos, ficando vedada a qualquer pessoa a possibilidade de manter lavras ou garimpos nas terras do Distrito Diamantino, extensa área em torno do Arraial do Tijuco, demarcada em 1734, onde não se podia entrar sem autorização especial das autoridades coloniais. O sistema de contratos vigorou até 1771, tendo havido seis contratos e dois contratadores de bastante destaque: Felisberto Caldeira Brant (1748-1751) e João Fernandes de Oliveira (1761-1771), cuja concubina, Chica da Silva, mulata e ex-escrava, tornou-se lendária.

Aos contratadores era lícito minerar no perímetro da Demarcação com seiscentos escravos, pelos quais pagavam capitação de 230\$000 réis; entretanto, o número de escravos empregados na pesquisa e extração do diamante era bem superior à cifra estipulada nas cláusulas dos contratos. Grande parte desses cativos era de escravos de aluguel que os senhores da Demarcação colocavam a serviço dos contratadores (Furtado, 1996).

Em 1745, a Coroa portuguesa baixou proibição de livre entrada na Região do Tijuco e realizou nova demarcação do Distrito Diamantino, visando combater o contrabando de pedras preciosas. Persistindo o contrabando, em 1771 o Marquês de Pombal criou o monopólio real dos diamantes; surgiu en-

tão a Real Extração dos Diamantes e o Livro da Capa Verde, conjunto de determinações que visava regular a vida na região das terras diamantíferas.

Segundo a historiografia tradicional, as determinações constantes do Livro da Capa Verde eram tão rígidas e a autonomia concedida à Intendência dos Diamantes frente ao Governo da Capitania tão grande que a Demarcação Diamantina se tornou um “estado dentro do Estado”, um mundo totalmente à parte e diferenciado dentro da Colônia. Esta versão, entretanto, vem sendo modificada em razão de pesquisas desenvolvidas recentemente sobre a região (Furtado, 1996; Meneses, 1997).

O estudo dos documentos produzidos ou recebidos pelo Governo da Capitania à época da Real Extração, bem como da documentação do Vice-Reinado sediado no Rio de Janeiro, revelou que, na verdade, todos os parágrafos do Regimento Diamantino vigoravam para as áreas auríferas, com a diferença de que não se apresentavam sistematizados como no Livro da Capa Verde, mas em bandos esparsos. Por outro lado, ao contrário do que pensava a historiografia tradicional, para a qual todos os habitantes do Tijuco estavam sujeitos à opressão e viviam sobressaltados, a documentação analisada indica que a política repressiva dentro do Distrito não era indiscriminada, recaindo sobre garimpeiros, escravos e negros libertos. As pessoas da elite local gozavam de privilégios e salvo-condutos, de maneira que geralmente não eram molestadas pelas autoridades da Real Intendência dos Diamantes (Furtado, 1996). Quanto à suposta autonomia do Distrito Diamantino, sabe-se hoje que todos os governadores da Capitania de Minas Gerais atuaram ativamente na região, o que muitas vezes gerou conflitos com a administração dos Intendentes. Houve momentos em que os governadores tinham espiões no interior da Demarcação e as autoridades metropolitanas continuamente insistiram para que os governadores atuassem no Tijuco, como seus legítimos representantes (Furtado, 1996).

No plano econômico, durante todo o século XVIII e início do século XIX, além de diamantes, as terras e córregos vizinhos ao Tijuco produziram ouro em abundância. O Distrito Diamantino também viu surgir atividades agrícolas em seu interior que garantiram boa parte de seu abastecimento, bem como um intenso comércio, cujo núcleo principal era o Arraial do Tijuco. Em torno do Tijuco, muitas áreas especializaram-se na criação de gado e na lavoura. Plantavam-se mandioca, milho, feijão, arroz, algodão, tabaco. As áreas rurais forneciam banha, carne seca, manteiga, rapadura, toucinho, fumo, sabão, sebo, aguardente. Mantimentos chegavam ao Tijuco procedentes de “roças” situadas a 10, 15, 20 e até 25 léguas de distância, de lugares como Curimataí, Rio Vermelho, Penha, Peçanha, Rio Manso, Rio Preto, Araçuaí. Da Região de

Minas Novas chegavam carne de boi, couros e cavalos. Dentro da Demarcação Diamantina, os habitantes conciliavam atividades, produzindo alimentos, prestando serviços, minerando, confeccionando panos e ferramentas.

“Assim no tempo ‘da seca’ mineravam e no ‘das águas’ amainavam a terra e plantavam. A mão-de-obra, cativa em sua maioria e, também livre, era disposta de acordo com o tempo, a aptidão e o interesse produtivo, comercial ou de prestação de serviços” (Meneses, 1997, p. 139).

Entretanto, ao tempo da Real Extração, a maior fonte de rendas dos moradores da região era a própria Intendência Real dos Diamantes. Ela era a principal empregadora dos homens livres e utilizava aproximadamente cinco mil escravos, a grande maioria alugados junto aos moradores da área.

Vê-se, portanto, que, do ponto de vista político e econômico, não houve diferenças significativas entre a Demarcação e o restante da Capitania como sustentava a historiografia tradicional. Demograficamente, também não se constatavam singularidades. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, houve contínuo aumento da população do Distrito, cuja composição refletia o padrão mineiro. Aproximadamente 20% dos moradores eram brancos, 26% pardos e mestiços, enquanto 51% da população eram negros. Quanto à estrutura de posse de escravos, 60% dos proprietários possuíam um ou dois cativos, enquanto 7 a 9% dos proprietários tinham 40 ou mais escravos. Esses números são compatíveis com os dados válidos para o restante da Capitania.

Na terceira década do século XIX, a Real Extração entrou em processo de contínua decadência, que culminou com sua extinção oficial em 1832 e extinção de fato em 1841. Rapidamente os garimpeiros aproveitaram-se disso e voltaram a escavar por toda parte, descobrindo lavras riquíssimas no Pagão, no córrego de São João, nos Caldeirões, no Quilombolas, no Curralinho, no Guinda e em outros lugares. As autoridades da Real Extração, desorganizada após a Independência, não conseguiram mais impedir a atividade garimpeira nas terras da Demarcação; os mineiros foram se estabelecendo por toda parte e, nas palavras de Joaquim Felício dos Santos, “assentaram fábricas, construíram casas de vivenda, fizeram benfeitorias de valor, e à mineração ajuntaram a agricultura” (Santos, 1976, p. 404). Ao mesmo tempo, a maioria dos senhores de escravos retirou seus cativos dos serviços da Real Extração, por falta de pagamento dos aluguéis devidos. Em 1841, somente 1 feitor e 10 trabalhadores compunham a tropa da Extração. Era tudo o que restava dos milhares de trabalhadores que a Extração havia empregado anteriormente nos serviços do Jequitinhonha, do Caeté-Mirim, do Pinheiro e do Ribeirão do In-

ferno, com patrulhas e quartéis por toda a Demarcação, rancharias, massames e máquinas dispendiosas.

Na década de 1840, uma população estimada em cerca de 150 mil habitantes vivia direta ou indiretamente da exploração de diamantes (Filho, 1957). O município de Diamantina – o Tijuco fora elevado à condição de vila em 1831 e sua primeira Câmara Municipal instalada em 1832 – consumia a produção agrícola do município do Serro e parte das exportações dos municípios de Formigas (Montes Claros), Curvelo e Minas Novas. Conforme Joaquim Felício dos Santos, o desimpedimento das lavras atraiu grande quantidade de pessoas para a região em torno de Diamantina, em razão das notícias sobre a quantidade expressiva de diamantes extraídos nas décadas de 1830 e 1840. Os dados disponíveis para a população do Distrito da Cidade de Diamantina corroboram esse ponto de vista. Em 1832-40, Diamantina contava com 12.354 moradores; em 1856, eram 17.000 moradores; em 1872, 19.910 habitantes; em 1890, a população alcançou 30.412 habitantes (Souza, 1993). O número de escravos, por sua vez, saltou de 6.617 em 1832, para 7.510 em 1872. Inegavelmente, a mineração havia adquirido forte impulso. O historiador do Tijuco afirmou com convicção que, nesse período, os garimpeiros tiraram mais pedras preciosas do que a Real Extração havia conseguido no espaço de setenta anos de sua existência (Santos, 1976). Os relatos de época mencionavam enfaticamente o luxo e a diversidade das casas comerciais da cidade de Diamantina. As tropas, às vezes de cem burros, chegavam quase diariamente ao Mercado Municipal trazendo mercadorias diversas, principalmente os “gêneros da terra”. Diamantina encheu-se de lojas e armazéns semelhantes, no aspecto, aos do Rio de Janeiro, a capital do Império (Morley, 1958; Arno, 1949).

O boom da mineração no antigo Distrito Diamantino durou até a década de 1860, quando a entrada do diamante sul-africano no mercado internacional provocou grande baixa nos preços das pedras preciosas, lançando o município de Diamantina em nova crise. A cidade é então abalada por uma onda de quebras, desânimos, suicídios. As elites locais, encabeçadas pelo bispo diocesano, enviam uma representação à Câmara Municipal de Diamantina, distribuída posteriormente em todos os municípios do Norte, na qual ponderam:

“Não ignorais quais têm sido as conseqüências da atual crise: o comércio completamente paralisado, os mineiros arruinados, um quase estado geral de falências; e o que ainda é mais horrível, a miséria, a fome de milhares de trabalhadores que não têm em que se ocupar e com que

sustentar suas famílias, porque vós o sabeis, nem todos possuem terras para cultivar.

Deverão se expatriar? E como e para onde? E os meios para se transportarem? (...)

Lembram-se primeiramente de levar à vossa consideração a idéia de contrair esta Câmara um empréstimo com o fim de criar neste município uma fábrica de tecidos de algodão. São conhecidos os algodões do Norte de Minas como rivalizando em qualidade com os melhores do mundo. Em antigos tempos, quando o convidava a barateza dos carretos, fizemos um comércio ativo de algodão com a praça do Rio. Morreu esta indústria depois que se encaeceram os meios de transporte e a cultura se desenvolveu em terrenos mais próximos dos mercados consumidores.

Uma fábrica de tecido neste município daria emprego a muitos braços e animaria a cultura de um gênero em completo abandono. E não seria esta a sua principal vantagem. Outras fábricas se estabeleceriam quando capitais hoje desanimados vissem um emprego lucrativo, certo e não precário de um comércio e mineração quase extinta” (Souza, 1993, p.128-129).

Nessa representação dos mais ilustres proprietários diamantinenses, evidencia-se a formulação de um projeto de industrialização do Norte de Minas, no qual há um apelo à intervenção estatal no fomento das novas atividades econômicas e uma aposta no fortalecimento do mercado regional, cujas necessidades seriam satisfeitas pela indústria de Diamantina, protegida da concorrência externa pelo relativo isolamento geográfico da região.

A respeito do isolamento do norte/nordeste mineiro das áreas mais dinâmicas de Minas Gerais, José Augusto Neves escreveu em 1899:

“O município [de Diamantina] não possui vias de comunicação fáceis... São péssimas estradas feitas a enxadas e pelo trânsito das tropas que possuímos, e também pequenos trechos de rios navegáveis por canoas... As comunicações entre os distritos, povoados, diversos lugares e as cidades, fazem-se por meio de animais, e quando as estradas se prestam também a carros de boi” (Neves, 1899, p. 64).

A CRISE DO DIAMANTE E A REACOMODAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL

A crise da mineração a partir dos anos 1860 provocou a transição para novos padrões de vida econômica em Diamantina. Lançando mão dos capitais acumulados até aquele momento, as elites da cidade iniciaram um processo de diversificação da produção no município, investindo na atividade industrial, no comércio e na prestação de serviços. A partir da segunda metade do século XIX e até as três primeiras décadas deste século, Diamantina tornou-se um dos centros mais ativos do comércio e da indústria de Minas Gerais.

Os dados do Censo Provincial de 1832 e do Livro de Qualificação dos cidadãos Votantes de 1876 (Arquivo da Prefeitura de Diamantina) revelam a significativa presença, no antigo Arraial do Tijuco, dos setores sociais capazes de promover a acumulação local ou regional, priorizando o emprego da reserva monetária acumulada. Havia expressivo número de comerciantes, capitalistas e proprietários, clérigos, magistrados, burocratas e empregados públicos. Em 1832, tomando-se o conjunto dos homens proprietários de Diamantina, os grupos de ocupação eram assim constituídos: profissionais liberais, 9,7%; homens de comércio, 27,9%; donos de lavras, 41,3%; donos de lavouras, 2,0%; e ofícios manuais (incluindo os ourives), 12,4%. Em 1876, os profissionais liberais perfaziam 11,8% dos cidadãos votantes; os homens de comércio, 27,7%; os donos de lavras, 32%; os donos de lavouras, 0,8%; os profissionais de ofícios manuais, 21,6%; e os homens ligados às indústrias (incluindo os ourives), 6,2%. Esses dados mostram uma tendência de concentração da renda nas camadas ligadas ao comércio e ao setor de serviços. Em 1876, os 657 cidadãos votantes de Diamantina possuíam uma renda estimada em 550:000\$000 (quinhentos e cinquenta contos de réis), cabendo aos comerciantes 38% do total, aos mineradores 20%, e aos magistrados e advogados 9%. Dessa forma, a cidade estava favoravelmente posicionada no que se refere ao processo acumulativo, a ponto de promover a expansão do setor produtivo.

Entre as décadas de 1860 e 1920, Diamantina firmou-se como o entreposto comercial do nordeste de Minas Gerais. A cidade distribuía para todo o norte de Minas, transportados pelas tropas de burros, tecidos, objetos de luxo, ferragens, louças, fumo, sal, querosene, cerveja, vinho, máquinas de costura, *etc.* Recebia produtos agrícolas, carne seca e toucinho, aguardente e rapadura, utensílios e ferramentas de ferro, algodão, *etc.* Por volta de 1925, em número de estabelecimentos comerciais, Diamantina ficava atrás apenas de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Carangola, Caratinga, Cataguazes, Muriaé e

Barbacena, cidades ligadas às áreas mais dinâmicas da economia mineira na República Velha. O grande comércio local operava com dois negócios básicos: a venda de mercadorias do Rio de Janeiro (e de Belo Horizonte, a partir da década de 1910) e a compra de ouro e diamantes. Os “diamantários” concentravam as operações financeiras regionais, funcionando como casas bancárias. Realizavam empréstimos a juros, faziam financiamentos à população, guardavam a poupança dos moradores locais. As grandes casas comerciais exerciam o controle sobre o médio e pequeno comércio regional e local. Realizavam vendas à prazo e possuíam estoque elevado. Chegaram a ter representação direta no Rio de Janeiro. Essas empresas introduziram no âmbito da economia regional a racionalidade nas relações de troca, empregando processos contábeis modernos e firmando o valor monetário. O mais destacado exemplo desses estabelecimentos foi a casa Sampaio Mota & Cia. Controlada por portugueses, a empresa tinha, em 1888, estoques superiores a cem contos de réis.

Fortuna, poder e prestígio fizeram dos grandes comerciantes de Diamantina, na passagem do século XIX para o XX, os agentes privilegiados da construção do espaço urbano, cujos interesses eram cuidadosamente representados pelos grupos políticos da cidade, a saber: os Mata Machado-Caldeira Brant, monarquistas-parlamentaristas, e os Mourão-Jardim, republicanos-florianistas (Couto, 1954). Entre os homens de comércio, o Cel. Antônio Eulálio de Souza teve influência marcante em Diamantina. Maior negociante local de diamantes, foi também dono de casa comercial com diversas filiais no norte mineiro, maior proprietário de imóveis de Diamantina (possuía mais de cem), maçom e membro do primeiro Conselho da Intendência da cidade. Em 1891, Antônio Eulálio era novamente membro do Conselho da Intendência, ao lado do Padre Severiano de Campos Rocha e do farmacêutico Augusto Alves de Campos Nelson. Outro forte comerciante de diamantes, o Barão de Paraúna foi uma das grandes personalidades do seu tempo no antigo Tijuco. Acionista da Fábrica de Tecidos Itinga (localizada em Araçuaí, com capital de 280 contos e 27 operários, em 1908), iniciador da Fábrica de Tecidos da Conceição, deixou em seu testamento a quantia de duzentos contos de réis para a construção do Hospital de Nossa Senhora da Saúde.

Ainda com relação ao comércio em Diamantina na segunda metade do oitocentos, deve-se mencionar o papel do Mercado Municipal, instalado no largo da Cavallhada Nova. Administrado pela Intendência, o Mercado Municipal detinha o monopólio do abastecimento, visando combater os atravessadores. O regulamento municipal determinava que para o Mercado deveriam convergir todas as tropas e os gêneros de primeira necessidade. As mercadorias deveriam ficar expostas durante um dia antes do arremate dos comerciantes.

A partir de 1870, a indústria experimentou surto expressivo no município de Diamantina. A atividade mineradora havia permitido a acumulação de capitais necessários à montagem de indústrias leves, e o próprio momento histórico facilitava essas iniciativas, no contexto da abolição da escravatura e da nova divisão internacional do trabalho gerada pela segunda Revolução Industrial. As fábricas de tecidos representaram o ramo industrial mais dinâmico presente na região em torno de Diamantina. Em 1908, havia as fábricas de Biribiri (que possuía tinturaria e fornos para fundição de bronze e ferro), de Santa Bárbara, de São Roberto e da Perpétua, todas com menos de cem teares. A Fábrica de Biribiri somava capital de 600 contos de réis e empregava 140 operários. A Fábrica de São Roberto, em Gouveia, somava capital de 595 contos e empregava 100 operários. A Fábrica de Santa Bárbara, em Curimataí, somava capital de 636 contos e empregava 120 operários (Jacob, 1911).

Essas fábricas de tecido consumiam matéria-prima proveniente da região e comercializavam sua produção no norte de Minas, ao longo do eixo do Rio das Velhas e do São Francisco, alcançando a praça de Belo Horizonte. A mão-de-obra era composta principalmente por mulheres e havia alguns poucos técnicos estrangeiros, em geral ingleses, trabalhando nessas fábricas. Primeira fábrica da região, fundada pelo Bispo D. João Antônio dos Santos em 1876, com capital de 30 contos, Biribiri influenciou profundamente a organização do trabalho nas outras fábricas do município, assunto que será tratado adiante.

Em diversos locais do município, havia pequenas fundições de ferro, que fabricavam facões, enxadas, machados, pregos, fechaduras, *etc.* Eram muitas as “fábricas” de aguardente e rapadura. Em Gouveia e Diamantina, havia 19 lapidações de diamante na virada do século, além de curtumes de couro, fábricas de chapéus de couro e palha. Diamantina tinha ainda pequenas fábricas de sabão, de velas, de cigarros, de óleos e tintas, de pólvora, cerâmicas (produção de telhas e tijolos). A produção de vinho em Diamantina era significativa (Couto, 1954). A família Andrade fundou o Pastifício Santo Antônio, fábrica de massas e biscoitos. Pequenas oficinas produziam roupas, calçados e preparados farmacêuticos. Vale ressaltar que o impulso para a expansão das lapidações resultou do fato de que, após a crise dos preços do diamante em 1860, negociantes locais realizaram visitas ao Rio de Janeiro, Lisboa, Londres e Amsterdã com o objetivo de conhecer todos os meandros da exportação. Voltaram dessas viagens convencidos de que o diamante deveria ser industrializado, e seu mercado formado a partir de Diamantina. Chegaram a propor a criação de um curso de gemologia na cidade.

Graças à participação de Diamantina em exposições desde 1858 e aos esforços da Escola de Minas de Ouro Preto, capitais estrangeiros foram atraídos para o Alto Jequitinhonha, visando a reanimação da extração de diamantes. Em 1898, a Companhia Boa Vista, organizada por capitais franceses, instalou-se em lavras de Curralinho, usando máquinas modernas e energia elétrica. Em seguida, uma companhia americana, Pittsburg Brazilian Dredging Co., instalou a primeira draga para extração de diamantes em Lagoa Seca. Outra companhia americana, Diamond King Mining Co., instalou draga no Rio Jequitinhonha. Em 1909, quinze empresas estrangeiras de mineração operavam em Diamantina, a maioria americanas.

Diamantina também viu crescer o setor de serviços e passou a concentrar órgãos da administração pública e eclesiástica. A cidade tornou-se sede de vastíssima Arquidiocese – o Bispado foi criado em 1854 e instalado em 1864 –, fator que contribuiu decisivamente para ampliar a influência de Diamantina sobre o norte mineiro. Ainda na década de 1860, foram fundados o Colégio Nossa Senhora das Dores – educandário feminino comandado por irmãs vicentinas francesas, que educou diversas gerações de moças do norte de Minas e da Bahia – e o Seminário Episcopal, nascido a partir do Ateneu São Vicente de Paula, escola criada pelas elites locais na década de 1850. O Seminário de Diamantina, responsável pela educação secundária dos moços de boa parte de Minas e da Bahia, era dirigido por padres lazaristas franceses. Na virada do século, havia o Hospital de Alienados (de curta duração), a Santa Casa de Caridade de Santa Isabel e o Hospital de Nossa Senhora da Saúde. Em razão disso, Diamantina recebia muitos doentes oriundos de localidades do norte/nordeste mineiro e possuía número de médicos e farmacêuticos acima da média do estado. Diamantina era ainda sede de extensa Comarca, cuja criação ocorreu em 1873. Na cidade ficavam as sedes do 3º Batalhão de Polícia, da Sub-Administração dos Correios e da Repartição Geral dos Telégrafos (instaladas em 1905), das Coletorias Federal e Estadual.

Para se ter uma idéia do significado dessa concentração de órgãos públicos na cidade, em termos econômicos, basta lembrar que, em 1925, o 3º Batalhão de Polícia possuía o segundo maior efetivo do Estado. Seus armazéns eram abastecidos pelos comerciantes diamantinenses. Por outro lado, os soldados do 3º Batalhão abriram, no início do século, a estrada de rodagem ligando o Serro a Diamantina. Outro exemplo é dado pela “cidade dos pobres”, criada em 1902 no Rio Grande para ser o lugar de recolhimento da pobreza inválida da cidade. Nessa instituição, chamada Pão de Santo Antônio, além da demanda por produtos locais para a manutenção dos internos, surgiram pequenas oficinas que prestavam serviços ao mercado diamantinense, destacando-se sua tipografia.

Em decorrência das transformações econômicas que o município experimentava, Diamantina vivia na década de 1890 a euforia da “belle époque”: possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais, o Teatro Santa Isabel, biblioteca pública, diversas bandas de música e grêmios literários, um parque municipal no largo da Cavalhada Velha. Eram muitos os saraus realizados nas casas das famílias de destaque e, nas primeiras décadas do século XX, a cidade chegou a ter salão de boliche, pista de patinação, dois cinemas, loja de aluguel de bicicletas, clubes recreativos. A linha telegráfica Ouro Preto-Diamantina funcionava desde 1885. Havia uma linha telefônica ligando o Guinda à sede municipal, instalada por uma companhia estrangeira de mineração. Nas localidades de Curalinho e Biribiri, a Mineração Boa Vista e a Fábrica de Tecidos, respectivamente, instalaram luz elétrica (Morley, 1958; Santos, 1963). A Companhia Hulha Branca, por meio de pequena usina hidrelétrica construída num salto do Rio Parauana, começou a fornecer eletricidade para Diamantina na década de 19--.

O quadro abaixo apresenta informações sobre os distritos de Diamantina no início do século XX:

DISTRITOS DE DIAMANTINA

Nome do distrito	População	Atividades econômicas
São João da Chapada	3 mil	Mineração e agricultura
São Sebastião de Campos (Senador Mourão)	4 a 5 mil	Agricultura
N. S. da Conceição de Curimataí	6mil	Indústria têxtil e agricultura
São Gonçalo do Rio Preto	6 mil	Agricultura
N. S. das Mercês de Araçuaí (Senador M. Gonçalves)	4 mil	Agricultura e pecuária
N. S. da Conceição do Rio Manso (Couto Magalhães de Minas)	1,5 mil	Agricultura
Gouveia	6 mil	Indústria têxtil, agricultura e mineração
N. S. da Glória	1,5 a 2 mil	Agricultura e pecuária
Datas	1,5 mil	Mineração e pecuária
Inhaí	1,5 mil	Mineração, agricultura e pecuária
Pouso Alto (Pres. Kubitschek)	1,5 mil	Mineração e agricultura
Curalinho	1,5 mil	Mineração
Mendanha	800	Mineração

Fonte: MARTINS, Marcos Lobato. *Breve história de Diamantina*. Diamantina: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

Para as elites diamantinenses, a luta pela extensão dos trilhos ferroviários até a cidade fazia parte do projeto de fortalecimento de sua posição como centro consumidor e ponto de distribuição de mercadorias para o norte/nordeste mineiro. Em 1914, foi inaugurada a estação ferroviária de Diamantina, entrando em operação o ramal Diamantina-Corinto da Estrada de Ferro Central do Brasil. Desde então, Diamantina ligava-se por estrada de ferro com a capital Belo Horizonte e com o Rio de Janeiro, capital federal. Os grandes comerciantes da cidade saudaram o fato, considerando-o a consolidação definitiva de Diamantina como “boca do sertão” e entreposto comercial do nordeste mineiro.

O processo de reacomodação da economia regional e de modernização urbana de Diamantina foi continuamente reforçado, no período considerado, pela ação de uma poderosa e coesa elite política, bastante acostumada ao exercício do poder e ao comando de órgãos governamentais ao longo do século XIX. Nos tempos do Império e durante a República Velha, Diamantina foi cabeça de vasto distrito eleitoral, cujos limites abrangiam o Alto Jequitinhonha e partes da Região do Vale do Rio das Velhas (atuais municípios de Buenópolis e Joaquim Felício). No período imperial, os conservadores (48,39%) predominavam nos Vales do Jequitinhonha-Mucuri-Doce sobre os liberais (29,03%). Na Província, o quadro era menos favorável aos conservadores: havia 35,15% de liberais contra 41,09% de conservadores. Tanto na Assembléia Provincial quanto na Assembléia Geral – Senado e Câmara de Deputados – a Região dos Vales do Jequitinhonha-Mucuri-Doce encontrava-se bastante bem representada entre 1835 e 1889, relativamente a outras Regiões do Norte de Minas Gerais. O quadro abaixo indica a importância política da região sobre influência de Diamantina no cenário da Província:

ELITE POLÍTICA MINEIRA, POR REGIÕES

Regiões	População em 1873 (%)	Indivíduos na elite (%)
Metalúrgica-Mantiqueira	22,98	46,06
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	16,61	18,79
Sul de Minas	16,76	13,94
Zona da Mata	16,72	11,52
São Francisco-Montes Claros	4,91	3,03
Paracatu	1,90	1,21

Fonte: MAIA, Ricardo A. Liberais e Conservadores na Província de Minas Gerais: identidade política e representação de interesses. *Revista de História*, Mariana, DEHIS/UFOP, v. 2, n. 1, p. 134-137, 1991.

Em torno dos Mata Machado, poderosos políticos no Império, dos Caldeira Brant, dos Mourão-Jardim, que dominaram a cena regional na Primeira República, travava-se a luta pela promoção dos interesses de Diamantina. Recursos dos Governos regional e nacional e repartições públicas eram carreados para a cidade e o município, num contexto de crônica dependência externa do norte de Minas. Além disso, os industriais da Região de Diamantina contavam, na segunda metade do oitocentos, com representação e orientação segura no Rio de Janeiro. Antônio Felício dos Santos, na presidência do Centro Industrial do Brasil, orientava os negócios da família em Diamantina; os Ottoni mantinham correspondência com o Bispo D. João; o Conselheiro Mata Machado cumpria sua parte (Filho, 1957).

A chegada da ferrovia, a multiplicação das fábricas, as melhorias urbanas, a presença de órgãos públicos, de escolas e hospitais, a força de sua elite política, a riqueza do comércio da cidade eram sinais que os moradores de Diamantina, na passagem do século XIX para o XX, consideravam auspiciosos. Tanto que criaram, para sua cidade, as alcunhas de “empório do Norte” e de “Atenas do Norte”. O progresso parecia-lhes haver chegado definitivamente, reservando para Diamantina o papel de núcleo urbano mais destacado no norte/nordeste mineiro.

O quadro abaixo dá idéia da dianteira de Diamantina em relação a outras cidades do norte e nordeste de Minas Gerais em meados da década de 1920:

CIDADES DO NORTE/NORDESTE MINEIRO – ANO 1925

Indicadores	Diamantina	Montes Claros	Teófilo Otoni
População/Sede	6.252	6.840	4.656
Empregados/Indústria	968	342	129
Estabelecimentos comerciais	415	241	325
Agências bancárias	01	-	-
Exportação de manufaturados	2.340:000\$000	1.200:000\$000	-
Total/Exportações	9.240:000\$000	5.350:000\$000	8.498:000\$000
Matrículas/Ensino Primário	3.679	1.211	2.438
Matrículas/Ensino Profissional	208	-	30

Fonte: Atlas Chorográfico Municipal, 1926. Secretaria de Agricultura de Minas Gerais.

Porém, as décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 40, trouxeram a frustração das expectativas dos homens ilustrados de Diamantina. O impulso de expansão da economia do município esgotou-se. A maioria das pequenas indústrias locais fechou suas portas. Diamantina enveredou por um

processo de desindustrialização. Por que o surto industrial ocorrido entre os anos de 1860 e 1920 não conseguiu conduzir Diamantina na direção da transição ao pleno sistema fabril?

SINAIS DE UM MAU TRÂNSITO: A PERSISTÊNCIA DAS TROPAS DE COMÉRCIO

Na década de 1920, além da estrada de ferro ligando Diamantina a Corinto, havia duas estradas tronco: Diamantina-Serro e Diamantina-Capelinha. Nessas estradas, começavam a circular automóveis. Havia ainda duas estradas para carruagens, Diamantina-Corinto (aproximadamente 2,5 dias de viagem) e Diamantina-Curvelo (aproximadamente 3 dias de viagem), ambas em desuso por causa do funcionamento do ramal ferroviário. A existência dessas estradas, contudo, não significou o desaparecimento das tropas de comércio no Nordeste de Minas, nos anos 20, 30 e 40.

Pelo contrário, as tropas conservaram todo o seu sentido econômico e social. No enovelado das estreitas picadas, no difícil acesso das chapadas, o tropeirismo continuou a ser fator de articulação de todo o intercâmbio comercial entre Diamantina e os municípios sob sua área de influência. O comércio burriqueiro passou a transitar em torno das linhas férreas: à medida em que os trilhos avançavam rumo a Diamantina, os percursos das tropas eram encurtados. Como recorda o Sr. Oscar Lopes – grande comerciante que começou a vida recebendo comissões de tropeiros no Mercado Municipal – antes da chegada da ferrovia, as tropas iam até Curvelo; depois, passaram a ir para Corinto. Vale dizer, onde quer que a estrada de ferro se encontrasse, aí estavam as tropas à espera de seus produtos.

Nos anos 30 e 40, as tropas ainda eram o principal meio de transporte em toda a extensão do Vale do Jequitinhonha. Afluíram diariamente a Diamantina vindas de todos os quadrantes regionais. Eram bastante frequentes, na cidade, tropeiros de Capelinha, do Serro, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé e localidades vizinhas. As da Região de Araçuaí eram bastante regulares. Menos comuns, mas relativamente presentes, eram as tropas do norte de Minas: chegavam de Engenheiro Dolabela, Bocaiúva e até de Montes Claros.

Quando em Diamantina, as caravanas de mulas rodeavam o Mercado Municipal para serem descarregadas. Em certos meses do ano, a praça do Mercado tornava-se pequena para acomodar os animais. O Sr. Mário Nicolau Pereira – ex-tropeiro que também trabalhou com reprodução de muares para

venda – informa que, nos meses “de seca”, era comum encontrar-se lotes de animais aguardando em ruas e becos próximos por sua vez de descarregar:

“Tinha época de não caber mais... o tropeiro não tinha como dormir. Tinha de dormir pro lado de fora ou então na Palha. Duzentos e quarenta burros já contei lá no Mercado. Quando as tropas enchiam o Mercado, a saída era ir pra Palha. Naquela época, além de rancho pros tropeiros lá tinha bom pasto. O dono do rancho cobrava quatrocentos réis por cabeça”.

Todo o movimento comercial na Diamantina dos anos 40 girava em torno de dois núcleos. Ao lado do Mercado coexistiam inúmeras casas de comércio, entre as quais se destacavam “Lopes & Irmãos” e “Mota & Companhia”, cuja atuação é lembrada por um ex-tropeiro hoje residente em Diamantina:

“O tropeiro chegava com a mercadoria e os Lopes já tinham um comprador esperando no Mercado. Se o preço tava bom, a gente vendia; quando não tava, a gente esperava uns dias. Se não melhorasse, a gente ia pra outros lugares ou então tomava prejuízo”.

Esse depoimento é bastante revelador. Na recordação do ex-tropeiro aparecem claramente os sinais indicadores da vigência, nesse mercado, de práticas especulativas, realizadas principalmente pelos comissários das grandes casas comerciais, mas também pelos próprios tropeiros, muitos deles proprietários de fazendas e sítios. Mesmo cuidando o Governo da cidade de regulamentar o funcionamento do Mercado Municipal, fiscalizar e punir os desvios praticados por comerciantes ou tropeiros, era difícil reverter a situação. O fato da sociedade regional ser marcada por desigualdades econômicas e sociais profundas, contribuía para aumentar a instabilidade do mercado e acirrar os conflitos internos quanto ao abastecimento das cidades, distritos e povoados.

Convém ressaltar que as tropas voltavam de Diamantina carregadas com os produtos trazidos pela ferrovia. Por outro lado, as marchas das tropas consumiam muitos dias. O tempo gasto entre o Serro e Diamantina, para citar um exemplo, era de no mínimo três dias num percurso total de dez léguas.

A atividade intensa das tropas em torno de Diamantina nas décadas de 30 e 40 deve ser apreendida como uma bem preservada persistência do antigo sistema colonial de circulação. O que significa que o Vale do Jequitinhó-

nha ainda era um encravamento histórico-geográfico, um espaço tempo parcialmente comunicante que se desligava das estruturas fundamentais do passado muito lentamente. As dificuldades de transporte na região representavam um poderoso obstáculo à expansão da economia do município de Diamantina.

As tropas de comércio começaram a desaparecer a partir do final da década de 40, quando a região começou a ser cortada por estradas de rodagem. Fato curioso, a tropa coexistiu com o automóvel durante certo tempo. O depoimento do Sr. Mário Nicolau Pereira parece esclarecedor a este respeito:

“Fui tropeiro desde 1940. Tinha a idade de 23 anos. Mexia com cargueiro desde menino. Parei com tropa porque passou a dar pouco. Os carros tomaram conta. O caminhão passava pela tropa várias vezes na estrada... passava carregado de feijão... tornava a passar de volta... passava de novo. O lote de burros carregava só mil e duzentos quilos e o caminhão, além de carregar mais, andava mais depressa. Em 62, eu ainda tinha mais de um lote de burros... levei para puxar lenha de retiro para as casas e as padarias de Diamantina”.

Enquanto a estrada de ferro promoveu a reorientação dos percursos das tropas, as estradas de rodagem e os caminhões causaram o desaparecimento delas. Mais do que isso, as rodovias que alcançaram os Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce solaparam a primazia de entreposto comercial que possuía a cidade de Diamantina. Nos anos 50 cruzaram o nordeste mineiro a BR-116, a Rio-Bahia, pavimentada nos anos 60, e a BR-367, Diamantina-Salto da Divisa, passando por Araçuaí e Itaobim. Nessa última cidade, ocorre o cruzamento das duas rodovias. A Rio-Bahia ofereceu à Região de Teófilo Otoni uma via de ligação com o Leste de Minas e com o Rio de Janeiro. A BR-367 criou uma alternativa rápida e mais barata de transporte para os municípios do Médio Jequitinhonha. Essas estradas ampliaram as possibilidades de escoamento e circulação da produção de uma vasta área que, até aquela época, dependia do mercado de Diamantina e das tropas de muares para redistribuir suas mercadorias.

Por força das rodovias, muito mais do que por causa da estrada de ferro, as Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais abriram-se para as empresas do Rio de Janeiro e São Paulo. As pequenas e obsoletas fábricas de Diamantina tiveram, então, que enfrentar a competição dos produtos importados. Esse foi um golpe muito duro para a economia da Região do Alto Jequitinhonha, pois a indústria e o comércio diamantinoses dependiam para sua expan-

são de um mercado protegido. Assim, não surpreende o fato de que, na década de 60, as fábricas de tecido de Biribiri, Santa Bárbara e Perpétua encerraram suas atividades.

OS FREIOS DA EXPANSÃO ECONÔMICA DE DIAMANTINA NOS ANOS 30

Internamente, a expansão da economia do Alto Jequitinhonha sustentava-se em bases muito frágeis.

O norte e o nordeste de Minas Gerais apresentavam maior rarefação populacional, com núcleos urbanos diminutos e distanciados. A parcela da população rural era muito superior à da população urbana. Nessas regiões, vivia-se uma forma pré-capitalista, sem circulação de capital, com o amplo predomínio de relações de trabalho voltadas para o pagamento em espécie, parceria ou colonato. No Alto Jequitinhonha, no início dos anos 60, um dia de serviço equivalia a uma rapadura, ou uma medida de feijão, ou arroz, ou açúcar, ou a uma libra de toucinho. Uma enxada valia dez dias de serviço (Ribeiro, 1996, p. 26).

Não bastasse o tamanho relativamente reduzido da população regional e sua acentuada pobreza, as áreas norte e nordeste de Minas Gerais eram varridas por migrações de trabalhadores desde a década de 1870. Trabalhadores pobres do Jequitinhonha, do Mucuri e da Região São Francisco-Montes Claros emigravam para os territórios da expansão cafeeira na Zona da Mata e no Sul de Minas, Oeste Paulista e Norte do Paraná. A partir da década de 1880, nos jornais do Norte as reclamações são intensas e veementes contra as emigrações que impediriam o desenvolvimento da economia regional e afrouxariam os laços da moral:

“Essa emigração de nossos braços de serviço em direção aos municípios do Sul, reduzindo os nossos lavradores a um quase desespero, continua ainda e cada vez mais acrescida. Não se passa uma semana sem que vejamos levadas numerosíssimas deixando-nos, em auxílio aos que contam com outros recursos que não nós...”(O Serro. Serro, 7 de maio de 1893, p. 1).

Para o norte e o nordeste de Minas Gerais, as migrações significavam a impossibilidade de contar com uma mão-de-obra estável, a redução do

crescimento da cultura de gêneros alimentícios, acompanhada pelo aumento de seus preços. Em 1893, o distrito de São Sebastião do Rio Preto, município de Conceição, queixava-se que a partida de trabalhadores para os cafezais do Espírito Santo “não aumentou a cultura de gêneros alimentícios e cerca de três anos seus preços tem-se aumentado” (Lanna, 1986, p.143). Dessa forma, a despeito dos pequenos saldos de salários que os migrantes sazonais traziam para suas regiões de origem, a emigração representou um fator de restrição de mercado para as empresas do norte e nordeste de Minas Gerais.

Outro freio importante para o desenvolvimento da economia do município de Diamantina no período considerado refere-se à escassez de bens de pagamento. Diamantina estava inserida numa região de fraquíssima circulação monetária, decorrência das poucas ligações mercantis com o restante de Minas Gerais e com a Bahia. O melhor indicador dessa situação são os chamados “burrusquês”, espécie de moeda regional que circulou no Alto Jequitinhonha desde a década de 1850 até o início da República Velha. Os “burrusquês” eram vales ao portador, criados por um comerciante francês chamado Barrousque como troco de compra em sua padaria, na cidade de Diamantina. As empresas da região, e até mesmo o Bispado, passaram a emitir esses vales e pagar com eles compradores locais e mão-de-obra. Em momentos adequados, os vales podiam ser trocados por moedas do Império. Os “burrusquês” pagaram impostos, taxas e mercadorias na região. Em razão de reclamações feitas pela Câmara Municipal do Serro, que alegava prejuízos para seus produtos agrícolas de exportação provocados pelos “burrusquês”, essa moeda regional foi recolhida pela polícia no início da República e proibida de circular, exceção feita aos vales emitidos pelo Bispado de Diamantina, que continuaram circulando no comércio local até a primeira década do século XX (Filho, 1957). Não surpreende, portanto, o encontro de registros nas Fábricas de Biribiri, São Roberto e Santa Bárbara de troca de tecidos por toucinho ou feijão (Souza, 1993).

Outro obstáculo para a expansão da economia diamantinense, intimamente associado ao aspecto mencionado imediatamente acima, é a inexistência de rede bancária na região. Em 1925, havia apenas uma agência bancária em Diamantina. As práticas de crédito na região eram tímidas, não tinham audácia. Em outras partes de Minas Gerais, como a Zona da Mata, apesar de pouco capitalizada, a burguesia cresceu e se diversificou. A trajetória dos Mascarenhas é, nesse sentido, significativa: produtores e comerciantes de gado e café, industriais e depois banqueiros (Giroletti, 1987). O capital comercial desdobrou-se em capital financeiro e capital industrial. Em 1925, a estrutura bancária do Sul de Minas estava bem desenvolvida, contribuindo para animar a indústria fabril têxtil e alimentar.

Em Diamantina, o período compreendido entre as décadas de 1860 e 1930 foi marcado pela incipiência e dispersão dos capitais locais. Os “diamantários”, donos das maiores fortunas da região, tiveram na indústria e na prestação de serviços apenas atividades secundárias. Não se transformaram em capitães-de-indústria nem em banqueiros. Preferiram o investimento de suas fortunas em bens imóveis, casas em Diamantina e Belo Horizonte e fazendas nos municípios vizinhos. Coube à famílias tradicionalmente ligadas à administração pública e à política, como os Felício dos Santos e os Mata Machado, o papel de pioneiros e promotores da industrialização em Diamantina. Tanto os empreendimentos comerciais quanto os industriais conservaram caráter estritamente familiar. Em Diamantina, a formação de sociedades de “capitalistas” locais praticamente não ocorreu. Nem a associação com capitais forâneos.

Que papel teria desempenhado na economia regional o capital estrangeiro atuante na mineração, no período considerado? As elites diamantenses saudaram a chegada das empresas estrangeiras de mineração no final do século XIX. A expectativa reinante na cidade era a de que, com os “ingleses”, o progresso e a modernização se implantariam no município. As companhias estrangeiras, operando em grande escala e empregando maquinaria complexa e divisão técnica de trabalho sofisticada, promoveriam transformações significativas nas bases técnicas da extração. Elas também revolucionariam o terreno das relações de trabalho, por causa de sua opção pelo assalariamento e emprego de contabilidade racional nos empreendimentos. Entretanto, logo patenteou-se a frustração dessas expectativas. O número relativamente reduzido de empregados dessas empresas impossibilitou uma difusão generalizada das novidades que elas representavam.

Vale ressaltar que as companhias estrangeiras de mineração sempre atuaram em estreita associação com a atividade garimpeira tradicional, pois assim as companhias compravam minérios a preços aviltados e promoviam a exploração de áreas de suas concessões minerais alugando-as para os garimpeiros, eximindo-se, assim, da fiscalização oficial (Martins, 1997, p. 23). Por outro lado, as companhias estrangeiras em geral operaram com altos e baixos, com muitas interrupções e por tempo curto. As razões do fracasso da ampla maioria delas estavam na má administração de suas atividades, nos problemas decorrentes do uso de técnicas e equipamentos que se mostraram inadequados para a região, nos movimentos especulativos realizados por suas diretorias nas bolsas dos países-sede dos capitais das empresas. Enquanto, em 1909, 15 empresas de mineração operavam em Diamantina, na década de 50 apenas três companhias estavam em atividade: a “Brasileira Diamantífera” (antiga “Boa Vista”), a “Mineração do Machado” (em Maria Nunes), ambas comandadas por capitais nacionais, e a “Minas Serrinha”, de capital americano. As compa-

nhias estrangeiras, portanto, não favoreceram a acumulação interna nem modernizaram a infra-estrutura econômicas e as relações de trabalho na região.

Na Diamantina do início do século, os “ingleses” deixaram poucos benefícios duradouros e muito folclore, como o que se formou em torno do “Rei dos Diamantes”. William G. Meyer, que chegou na cidade em 1901, era o administrador da Brazilian Dreading Company de Nova Iorque. Entre 1901 e 1909, instalou-se num vasto casarão da “Samambaia”, realizando gastos suntuosos e perdulários. Atraiu as atenções das elites da cidade e desejou erguer uma “nova Diamantina” pouco abaixo das “Bicas”, em terreno por ele adquirido. Espalhou dívidas e calotes entre os homens de negócio da cidade, que ficaram a ver navios quando Meyer regressou para a América do Norte, em 1909.

O caso Meyer reafirmava a preponderância do poder e do prestígio como moedas mais fortes das relações no ambiente da Diamantina da “Belle Époque”. Esse episódio contribuiu para manter viva, no seio da população da cidade, especialmente entre a gente mais miúda, a idéia de que as grandes companhias de fora da região “eram um sorvedouro de pobres brasileiros” (Estrela Polar, 1905, p. 24). As empresas estrangeiras forneceram, assim, poderosos argumentos para muitos diamantinenses que criticavam as “novidades” da República, do “americanismo”, do discurso liberal, acusados de tornar dominante o impulso do lucro rápido e fácil, de fazer dos empreendimentos econômicos “ousada aventura”.

Nesse ponto, convém analisar o peso de determinadas representações como freio da expansão econômica regional. Ao fundar a Fábrica de Tecidos de Biribiri, Dom João Antônio dos Santos objetivava realizar uma obra social: prover abrigo seguro e trabalho certo para moças desamparadas, para que elas escapassem da ociosidade que leva à perdição (Costa, 1993). Biribiri foi concebida como lugar de “moralização dos costumes”, exemplo de vida comunitária feminina. Nessa fábrica, as moças operárias, sempre em grupo, iam do “convento” (dormitório) para o refeitório, para a fábrica, para a igreja, para o largo. Entre as operárias, a emulação era de prestígio, não monetária. O bom comportamento garantia a ascensão no quadro funcional, expresso por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. A doutrinação não era dirigida ao ascetismo do capital, mas para o ascetismo do trabalhador. O trabalho entendido como graça divina. Na Fábrica Santa Bárbara, a família Mata Machado incluía no regimento de trabalho os preceitos da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII.

Sob poderosa influência da Igreja Católica, seguia na mesma direção o processo de organização operária. Em 1891, um grupo de ourives, lapi-

dários, alfaiates, sapateiros e músicos fundou a “União Operária Beneficente”, uma associação de ajuda mútua para congregar trabalhadores especializados. Dois anos depois, a “União Operária” alcançou 500 membros em Diamantina e mantinha representantes junto a todas as fábricas têxteis. O artigo quarto do regimento da associação fixava o principal objetivo da entidade: “respeitar a atual forma de Governo do País e suas leis, velando pela ordem e liberdade”. O artigo sétimo estabelecia que a entidade deveria “defender e proteger os sócios e suas famílias, em relação à honra, vida e nos negócios de justo interesse, quer sociais, quer pecuniários”. O regimento da “União Operária” preconizava a “moralização dos costumes” dos trabalhadores da cidade, para o que deveriam ser criados gabinetes de leitura e realizadas conferências sobre questões sociais. Em 1897, as doutrinas de valorização do trabalho de Dom Bosco passaram a predominar no ambiente da “União Operária”, resultando disso o estreitamento das relações com a Igreja Católica (Pereira, 1993).

Poucos anos depois, com decisivo apoio da Diocese de Diamantina, surgiu a “Sociedade Beneficente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, outra entidade de ajuda mútua reunindo trabalhadores da cidade. Participando dessas associações, o operário diamantinense cuidava de se disciplinar para o trabalho na fábrica, acomodando-se a viver com poucas necessidades satisfeitas no mercado e reproduzindo a separação entre os acolhidos no mercado de trabalho e os excluídos (as massas de desempregados e “ociosas”). Compreende-se, dessa forma, porque o salário pago aos trabalhadores têxteis de Diamantina manteve-se praticamente inalterado desde a instalação das fábricas até a década de 1930, sem que houvesse qualquer pressão operária no sentido de reverter essa situação.

Patrões, trabalhadores e a maior parte da intelectualidade diamantinense resistiam a aceitar inteiramente a lógica de mercado. As idéias de reciprocidade e redistribuição conservavam força, impedindo a “vitória do mercado” (Polanyi, 1980). Na Diamantina do início do século, as atividades econômicas amalgamavam modos de troca distintos, se aproximando da esfera da reciprocidade e possuindo interfaces com o mercado. No âmbito das trocas governadas pelo princípio de reciprocidade, as interações ocorrem tendo em vista a reprodução material, social e cultural dos grupos envolvidos, com ênfase no valor de uso dos objetos trocados e a presença de uma noção de riqueza que combina, de modo complexo, as idéias de generosidade e de “entesouramento”. No interior do mercado, ao contrário, predominam os objetivos de acumulação, as noções de valor de troca e de capital. O mercado dissocia-se de qualquer tipo de obrigação social, enquanto as trocas comandadas pela reciprocidade associam-se a noções tradicionais de amizade, parentesco, status, hierarquia, fidelidade, retribuição, *etc.* Nesse sentido, os agentes econômicos

do município de Diamantina, em razão de suas representações culturais, tiveram dificuldade para perceber as mudanças em curso e adotar novas práticas econômicas, pautadas numa mentalidade mais sintonizada com o avanço capitalista no Brasil.

Ora, se o desenvolvimento do mercado regional não depende apenas de exigências postas pela economia, mas também dos rumos dos enfrentamentos político-culturais que envolvem segmentos sociais, comunidades locais e o Estado, a política não deixa de ser fundamental para a explicação da perda do dinamismo econômico nos anos posteriores a 1930. Diamantina perdeu “peso político” na medida em que foram parcial ou inteiramente bloqueados, pela Era Vargas, os canais políticos tradicionais de representação e decisão – os parlamentos –, substituídos por mecanismos de representação corporativa (que ampliaram a influência de entidades empresariais e dos sindicatos operários) e por círculos de tecnoburocratas. As elites políticas diamantinenses estavam despreparadas para esse novo cenário. Ainda no plano político, a partir da década de 1940, as emancipações de muitos distritos levaram à perda da posição geopolítica privilegiada que Diamantina ostentava até então no norte/nordeste de Minas Gerais.

A perda de substância política condenou o Alto Jequitinhonha a permanecer fora dos planos de modernização da economia mineira produzidos nos anos 40, 50 e 60, seja no âmbito estadual ou federal (Mata-Machado, 1985). O Vale do Jequitinhonha, e dentro dele Diamantina, ficou relegado à condição de área economicamente deprimida e reservatório de mão-de-obra para o esforço de modernização econômica do centro de Minas Gerais.

Ao fim e ao cabo, a operação simultânea de todos os fatores analisados anteriormente provocou em Diamantina, a partir dos anos 30, o esgotamento do dinamismo econômico anterior. Os investimentos em infra-estrutura no Alto Jequitinhonha – que já eram diminutos e restritos a porções isoladas do território – cessaram. A função polarizadora do comércio e do setor de prestação de serviços perdeu força, diante do crescimento de cidades como Montes Claros, Teófilo Otoni e Governador Valadares. As indústrias de Diamantina não resistiram à concorrência dos produtos importados por meio das rodovias. Não houve a criação de novos empreendimentos que propiciassem a manutenção da dinâmica urbana de Diamantina. Por conseguinte, a cidade assistiu, impotente, o avanço da tendência de estagnação da economia regional e de desindustrialização do “grande empório do Norte”.

BIBLIOGRAFIA

- ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante: 1885-1906*. 2.ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949.
- COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros*. Diamantina: Gráfica EPIL, 1993.
- COUTO, Sóter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.
- FILHO, Aires da Mata Machado. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. 2.ed. São Paulo: Martins, 1957.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.
- GIROLETTI, Domingos Antônio. *A modernização capitalista em Minas Gerais*. A formação do operariado e industrial de uma nova cosmovisão. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, 1987.
- JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irão & Cia., 1911.
- LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 3, 1986, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986. p. 121-153.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação)
- MATA-MACHADO, Bernardo. Notas para uma história do capitalismo em Minas Gerais. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, v. 15, n. 7/8, p. 73-92, set.-dez. 1985.
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar na Comarca do Serro Frio – 1750-1810*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação)

- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- NEVES, José Augusto. *Chorographia do Município de Diamantina*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1899.
- PEREIRA, Célio Hugo Alves. *História da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1993. (Mimeogr.).
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Segrac, 1996.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- SANTOS, Luís Gonzaga dos. *Memórias de um carpinteiro*. Belo Horizonte: Bernado Álvares, 1963.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993.